

Centrão se articula para votar Ordem Econômica

BRASÍLIA — Os principais líderes do Centrão iniciaram ontem a rearticulação do grupo para a votação do Título da Ordem Econômica. Em reunião na residência do Deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), cerca de 30 parlamentares definiram as linhas gerais de atuação do grupo em plenário e os pontos prioritários a serem modificados no projeto da Comissão de Sistematização.

Segundo Fiúza, o Centrão deixou de se preocupar em ostentar maioria no plenário. Nesta nova fase, o grupo se articulará em torno de 60 parlamentares que durante o processo de votação vêm apoiando, sistematicamente, suas posições. A coerência buscada pelos líderes não se limitou a aspectos doutrinários ou ideológicos, pois também foram examinadas as listas de votações sobre sistema de governo e mandato presidencial.

O Deputado Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA), outro líder do Centrão, disse que, na nova fase, os coor-

denadores procurarão corrigir algumas distorções que prejudicaram a atuação do grupo. Uma delas foi a falta de informação dos Constituintes sobre o texto em votação ou mesmo sobre os acordos prévios firmados pelas lideranças.

— Temos de evitar que o grupo vá para o plenário sem saber o que está se passando. A desinformação foi um dos principais problemas que enfrentamos nas votações até aqui — disse Luís Eduardo.

O texto sobre a Ordem Econômica da Comissão de Sistematização é considerado ruim pelo Centrão. Luís Eduardo chega a dizer que, ao lado do Capítulo dos Direitos Sociais, este título foi a conquista mais expressiva da esquerda. Mas existem alguns pontos nevrálgicos, segundo os articuladores do Centrão, que deverão merecer maiores cuidados no trabalho de rearticulação do grupo, como o conceito de empresa nacional, intervenção do Estado na economia, reforma agrária e política mineral.

Os líderes do Centrão estão cons-

cientes de que o grupo não tem mais a força que lhe permitiu promover mudanças no Regimento Interno da Constituinte. O grupo começou a trabalhar nas votações ainda em posição confortável quanto ao número de adesões. No entanto, pouco a pouco foi sofrendo defecções devido ao desentendimento entre os principais articuladores e à pressão das bases sobre os Constituintes. Esta pressão se intensificou a partir da campanha desencadeada pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), que espalhou cartazes por todo o País acusando alguns integrantes do Centrão de "traidores do povo".

A partir de agora, a ação do grupo deverá ser menos ostensiva, disse Luís Eduardo.

— O importante é conseguir formar um núcleo com condições de articular as propostas apoiadas por nós e, paralelamente, promover reuniões permanentes para manter o grupo informado do que ocorre no plenário — concluiu o Deputado.

Ulysses convoca 'mutirão' para retomar votações

BRASÍLIA — O Presidente da Assembleia Constituinte, Deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), preocupado com o novo atraso dos trabalhos de elaboração da futura Constituição, resolveu convocar os parlamentares para um "mutirão constitucional" logo que termine a Semana Santa. Ele pretende definir com os líderes dos partidos um calendário estabelecendo em que sábados e domingos haverá sessões e quando o plenário começará a funcionar de manhã indo até após às 22 horas.

Desde a última quarta-feira, um dia depois de ter reunido todos os 559 Constituintes na votação do sistema de governo, o plenário não votou mais nada. Ontem, às 16h, Ulysses Guimarães fez uma verificação de quorum para saber se o plenário tinha número de parlamentares para votar. Não tinha: estavam presentes apenas 159 dos 280 Constituintes que formam a maioria absoluta (metade mais um de todos os congressistas), necessária para o funcionamento do plenário.

A Deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) culpou os faltosos pelo "espetáculo doloroso" que a Assembleia vem oferecendo à opinião pública. Segundo ela, há pelo menos cem Constituintes "permanentemente ausentes". Por isso, voltou a sugerir que a Mesa proponha a alteração do Regimento Interno, substituindo a maioria absoluta pela maioria simples dos presentes para o quorum de deliberação. Ulysses Guimarães disse, no entanto, que qualquer proposta de redução do quorum esbarra

na própria emenda que convocou a Constituinte, que exige a maioria absoluta para as votações.

Uma outra proposta foi feita ontem pelo Deputado Adroaldo Streck (PDT-RS). Por ela, o Constituinte que, no período de um mês, tiver três faltas consecutivas ou cinco alternadas, perderá sua vaga e terá o suplente automaticamente convocado. Esta idéia agradou ao Presidente da Constituinte por ser, segundo ele, "mais viável". Os integrantes da Mesa ainda não sabem se esta sugestão será acolhida, mas têm certeza de que a única maneira de aumentar a presença em plenário e garantir as votações é punir os faltosos, faltando apenas definir os critérios. Mas a hipótese de cassação de mandatos está descartada, segundo Ulysses, porque ela "transcende o propósito da própria Assembleia".

Já preocupados com as repercussões das seguidas ausências, alguns partidos trataram de justificar, ontem, a falta de alguns de seus membros. O PT comunicou que o Deputado Florestan Fernandes (SP) submeteu-se a uma cirurgia e a Deputada Irma Passoni (SP) fazia uma viagem a Santa Catarina, em nome de uma CPI da Câmara. O PL comunicou que o Deputado José Luiz de Sá (RJ) acompanha um filho que sofreu um grave acidente de moto. E o Deputado José Costa (PMDB-AL) transmitiu ao plenário um pedido do Deputado Miro Teixeira (PMDB-RJ): ele terá de se ausentar em função de um tratamento médico de problemas renais.

Já definido regimento para Carta paulista

SÃO PAULO — O Grupo de Trabalho Pró-Constituinte da Assembleia Legislativa de São Paulo entregou oficialmente à Mesa da casa, ontem, os anteprojetos de Constituinte e Regimento Interno, e prepara-se agora para elaborar o anteprojeto de Constituição do Estado, num trabalho sincronizado com a Constituição federal. O roteiro da comissão está sendo adotado por outras Assembleias Legislativas do País, para ser colocado em prática logo após a promulgação da Constituição federal.

Beneficiado pelos erros cometidos nos estudos do anteprojeto do regimento interno da Constituinte federal, o grupo de trabalho paulista — composto de 10 Deputados estaduais e cerca de 30 assessores de vários setores — espera evitar as polêmicas surgidas em Brasília. Assim, dos 84 Deputados, 81 terão o direito de participar de todas as comissões temáticas, enquanto apenas três farão parte da Mesa.

— Aqui, a maioria não imporá suas vontades, já que essa prerrogativa é votada pelo regimento — garante o Presidente da comissão, Deputado Luiz Carlos Santos, certo de que dificilmente surgirá um "Centrão" em São Paulo. Segundo ele, o princípio será "o da soberania do plenário".

Para conscientizar os Deputados da importância da Constituição estadual, já funciona o "espaço constituinte interno". Dessa forma, três vezes por semana é reservado um horário no grande expediente para a discussão dos temas constitucionais.